

VI Colóquio Internacional

“Educação e Contemporaneidade”



São Cristovão-SE/Brasil
20 a 22 de setembro de 2012

AVALIAÇÃO ESCOLAR: PARA ALÉM DE UMA NOTA

Simone da Costa Silva¹
Danielle da Costa silva²

Eixo temático: Currículo Escolar, Cultura, Gestão, Organização do trabalho pedagógico

Resumo

Este artigo, resultante de projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, busca refletir a partir de um estudo teórico o papel que a avaliação escolar tem assumido no fazer pedagógico, apresenta a trajetória histórica desta; discute também até que ponto a avaliação tem sua contribuição com o fracasso escolar e como a avaliação contínua e formativa pode contribuir com o processo de ensino aprendizagem, desde que o professor a utilize com um instrumento de seu trabalho, no sentido de que muitas vezes o avaliar é reduzido à aplicação de uma prova. Por fim, conclui-se que a avaliação contínua e formativa, entre outros fatores, pode contribuir para o real aprendizado, desde que seja pensada para além da atribuição de notas, pois vista desta forma servirá de indicativo ao professor de como ressignificar suas aulas.

Palavras-chave: Prática pedagógica. Avaliação formativa. Tomada de decisão.

Summary

This article resulting from project work Completion of course, seeks to reflect from a theoretical study to assess the role that the school has taken to teaching, presents the historical background of this, also discusses the extent to which the assessment has its contribution to school failure and how ongoing evaluation and training can contribute to the teaching-learning process, since the teacher to use as an instrument of his work, in the sense that often the assessment is reduced to the application of a test. Finally, I concluded that the continuous assessment and training, among other factors, can contribute to real learning, when designed

¹ Graduanda do 7º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: mo.nec.ri@hotmail.com

² Estudante do curso de pedagogia da universidade federal de Alagoas; bolsista de iniciação científica com a pesquisa intitulada A gestão democrática e melhoria dos indicadores educacionais do ensino fundamental em Alagoas: uma avaliação de impactos, financiado pela UFAL; integrante do grupo de Pesquisa sobre Estado de Alagoas, Políticas Sociais e Educação Brasileira (GEPE), vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade federal de Alagoas. Email: danidani22dani90@hotmail.com

besides the grading, as conceived in this way serve as a indication of how the teacher to
reframe their classes.

Keywords: Pedagogical practice. Formative evaluation. Decision-making.

Introdução

Por muito tempo a avaliação escolar esteve centrada apenas no rendimento dos alunos como um instrumento político, pedagógico e como um campo de estudo, sendo aplicada para regular, selecionar, medir e hierarquizar, sem a devida preocupação com aprendizagem, seja dentro das escolas seja na administração pública. O que percebemos é uma preocupação enorme com o quantitativo sem dar muita importância ao qualitativo. Porém a avaliação diz mais que uma pontuação ou observação dada pelo professor; ela deve ser, conforme Luckesi (1998), um instrumento que indique o estágio de aprendizagem que o aluno se encontra, tendo em vista poder trabalhar com ele para que avance para outro estágio.

Diante disso, percebe-se que ainda há muito que se lutar para que a avaliação como também a vida escolar e todo processo pedagógico, sejam desenvolvidos realmente com interesse de contribuir para o processo ensino-aprendizagem e para que a avaliação continue nas mãos do professor que é o sujeito mais próximo e que pode verificar melhor as dificuldades do aluno. Levando em consideração esta realidade, este artigo busca refletir, a partir de alguns autores, pontos como: Qual o percurso histórico da avaliação escolar? O que é a avaliação escolar? Qual a relação da avaliação com o fracasso escolar? Será que a avaliação contínua pode contribuir com o processo de ensino aprendizagem? Enfim, perguntar-se; quem é o professor que avalia?

Percurso da avaliação

A avaliação é uma prática muito antiga possuindo vários momentos, que Stufflebeam e Shinkfield (apud SOBRINHO, 2003) classificam em cinco períodos básicos que são eles:

- 1º período- Pré- Tyler: desenvolveu-se nos últimos anos do século XIX até as três décadas do século seguinte e se caracteriza como momento em que a avaliação passa a ser aplicada à educação com os testes de medição através da psicometria, baseado no positivismo que se apresenta como quantitativista, neutro e racional.

Tratava-se, então, basicamente de avaliar a aprendizagem, mediante os procedimentos convencionais de testes, provas e exames aplicados aos alunos para medir rendimentos, sem ainda ter preocupação com dimensões mais amplas do processo ensino-aprendizagem. (SOBRINHO, 2003, p.18).

- 2º período- Tyler: Ralph Tyler defendia que a educação deveria ser pautada em objetivos pré- definidos e que avaliação se torna um instrumento para mensurar até que ponto o comportamento desejado foi adquirido pelo o aluno. Por esse motivo, Tyler é considerado o pai da avaliação ao pensá-la em um modo mais sistêmico no modelo da ciência positivista, pois neste sentido a avaliação descreve os padrões e critérios para averiguar até que ponto os objetivos foram alcançados. Esta perspectiva de avaliação é behaviorista porque define o comportamento que o aluno deve ter “o comportamento desejado.” Estas atitudes desejadas não respeitam a individualidade do aluno, onde as diferenças não são respeitadas e os sujeitos são medidos e tratados como máquinas para atender o desenvolvimento capitalista e não para humanizá-los.
- 3º período- Era da inocência: sua principal obra está ligada ao 2º período.
- 4º período: Era do realismo: avaliação passa a possuir características empresariais (accountability). Para avaliar os recursos aplicados à educação ocorre o modelo de avaliação da administração pública, o que temos hoje como exemplo: a Provinha Brasil, o ENADE, o Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), etc., que avaliam em seus respectivos níveis todos os alunos do Brasil com testes iguais para todos, com a finalidade de controlar a definição das políticas educacionais. Nesse período, a avaliação também ganha novos significados, como a preocupação com a tomada de decisão, bem como enfoques mais qualitativos e fenomenológicos, a partir dos quais avaliação adquire a função diagnóstica durante o processo de aprendizagem.
- 5º período: Era do profissionalismo/ Era da negociação: nesse período a avaliação se consolida como campo de estudo e centra-se na tomada de decisão, no julgamento de valor. Há uma maior participação dos sujeitos nas escolhas e avalia-se considerando o contexto e as circunstâncias com um sentido ético, político, cultural, entre outros para a avaliação. Em consequência desse período a aprendizagem e o currículo passam a ter um sentido amplo.

Apesar do desenvolvimento desse período da avaliação o que prevalece na atualidade é o modelo positivista com uma preocupação excessivamente técnica, por ser mais fácil

(tranquila) de ser entendida e realizada que as operações que incorporam juízos de valor e se referem à complexidade dos fenômenos. (SOBRINHO, 2003, p.26). Porém esta visão traz equívocos porque a avaliação não é neutra, ela é resultado de escolhas e de visões de mundo das pessoas que a elaboram e ela sempre será uma aproximação e uma interpretação por seu objeto, o processo de aprendizagem, ser de caráter amplo.

Conceituando avaliação

A avaliação escolar, geralmente, é vista de modo limitado, uma vez que a comunidade escolar (educando, educadores, pais administradores da educação) relaciona esta simplesmente com uma prova e/ou com a promoção escolar para uma série ou turma seguinte sem nenhuma preocupação com a construção da aprendizagem, mas avaliar vai mais além do simples aplicação de prova ou a promoção escolar. Segundo Silva (2008) a avaliação é espaço de mediação/aproximação/ diálogo entre formas de ensino do professor e percurso de aprendizagens dos alunos. Neste sentido, avaliar implica saber como o aluno aprende para que toda prática esteja centrada de modo que contribua com o processo de construção da aprendizagem.

Para Luckesi (1998) a prova é apenas um instrumento de coleta de dados para a avaliação, o autor coloca que, o termo avaliação foi originado do latim da composição *a-valere*, que significa dar valor a..., como também tem o sentido de atribuir um valor ou qualidade, que implica um posicionamento seja ele positivo ou negativo. O autor acrescenta que:

O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuídos ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ou contra ele. E o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso de ação, a partir do valor ou qualidade atribuídos, conduz a uma decisão nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele. (idem, p.93)

Avaliar vai mais além que uma simples aplicação de uma prova, tem que haver uma análise dos resultados verificados por este instrumento, para que após a análise deste possa haver a tomada de decisão. Esta discussão nos permite inferir que, muitas vezes a escola

examina o educando e não avalia de fato este sujeito, contribuindo, assim com o fracasso escolar.

Avaliação e fracasso escolar

Segundo o texto de Esteban (2001) um dos aspectos relevantes para superação do fracasso escolar é o professor, que interpretará as respostas dadas pelo aluno, porém não se pode culpar o professor pelos resultados negativos porque este profissional não tem uma vara mágica para resolver todos os problemas apresentados em sala de aula que são resultantes de diversos fatores, por se tratar de sujeitos heterogêneos, apesar de que existem muitos fatores que afetam a vida destes que acabam sendo refletidos na avaliação e no processo ensino-aprendizagem como todo, a exemplo da má remuneração que leva o professor por questões de sobrevivência a acumular cargas horárias de ensino em outras escolas, tomando o tempo necessário de planejamento para melhor elaborar suas aulas.

Mesmo diante de uma sociedade heterogênea prevalece no cerne das salas de aula uma pedagogia presa à homogeneidade, em que a cultura privilegiada é aquela da classe dominante e, as outras culturas não têm espaço e valor em sala de aula, fazendo com o que os sujeitos originários destas tenham que se distanciar de sua cultura e aderir à cultura que é difundida na escola.

A avaliação nesta perspectiva homogeneísta, analisa todos de igual modo, é fruto dos objetivos neoliberais de políticas educativas que trazem para a sala de aula a lógica capitalista de controle dos recursos escolares, de autoritarismo, de disciplinamento, de classificação.

E segundo Esteban (2001), a avaliação nesta perspectiva não tem muitos elementos para superar o fracasso escolar, que não é um problema técnico e muito menos burocrático, pois afirma:

A avaliação, na ótica do exame, atende às exigências de natureza administrativa, serve para reconhecer formalmente a presença (ou ausência) de determinado conhecimento, mas não dispõe da mesma capacidade para indicar qual a capacidade para indicar qual o saber que o sujeito possui e como está interpretando as mensagens que recebe.(p.100)

Assim, esta não leva em consideração o processo de aprendizagem que foi construído para responder determinadas perguntas, mas resume-se a identificar o erro/ acerto e saber/ ignorância e acaba por reproduzir na escola as desigualdades existentes na sociedade, ao invés

de garantir a formação com qualidade para todos. Temos a justificativa do desemprego ligada ao rendimento do aluno na escola, se certos sujeitos não conseguiram um bom emprego foi porque não estudaram. A avaliação, portanto, é usada para explicar o fracasso/sucesso escolar, procurando dar tratamentos iguais a alunos que tiveram e tem oportunidades desiguais, não levando considerado a origem, a realidade e condições dos alunos.

Percebe-se que a avaliação está muito distante do processo ensino-aprendizagem se apresentando como **autoritária**, quando o professor usa a prova para chantagear os alunos como forma de poder desta e os alunos, geralmente usam a cola pra como uma defesa, não que esta seja a melhor atitude. É **classificatória**, pois apenas constata a situação dos alunos, colocando-os em uma posição (inteligentes, mediano e fracos). É **disciplinadora**, indicando quais devem ser os melhores pensamentos, vontades e disposições, como se aluno tivesse que abrir de sua cultura totalmente para inserir nos moldes da cultura divulgada pela escola, constituindo uma violência simbólica, na qual não se consegue identificar o agressor. Também é **terminal**, avalia-se para dizer que vai passar de ano ou não, ao invés de realmente trabalhar as dificuldades dos alunos para que estes possam superá-las.

Sabe-se que esta é uma realidade de nossas escolas, porém não é só isso que acontece dentro das escolas há ações contrárias ao fracasso escolar, diante de uma sociedade tão hierarquizada, porém não podemos ficar resignado de maneira que não tomemos uma atitude para reverter essa situação e deixarmos as coisas acontecerem como tal.

A necessidade de uma avaliação contínua e formativa

Na trajetória da avaliação se percebe as superações e permanências de cada período repercutidas em sala de aula e as avaliações em larga escala é um exemplo disto, onde é pedido que o professor não seja autoritário e que avalie de forma contínua e processual, no entanto, o que essa avaliação se configura em avaliação certificativa, classificatória e geralmente só está interessada em oferecer *rankings*, entre as melhores escolas, melhores alunos, não se preocupando com o processo ensino-aprendizagem.

Para que avaliação contribua com a superação do fracasso escolar deve ser vista de forma mais abrangente, contemplando a avaliação institucional, dos discentes e docentes, não mais somente para simplesmente atribuir uma nota e causar pânico nos alunos, que é avaliação somativa. Deve se comprometer com o processo pedagógico do ensino-aprendizagem,

passando a ser o centro não só por sua importância como ferramenta do ensinar e aprender, mas com uma ferramenta de resignificação do ensino que pode contribuir para o professor planejar e replanejar a sua prática cotidiana, porque o mais extraordinário não é atribuir notas e sim compreender o processo.

Para sintetizar, o professor tem sua centralidade como avaliador, pois Hadji (2001, apud LUÍS, 2006) diz que, o professor deve ser um funâmbulo, porque deve mover-se em espaço aberto e sempre em movimento, ou seja, o professor deve intervir durante o processo para o sucesso escolar e deve ser também como o tecelão, para criar os laços necessários do aluno com a aprendizagem e com o próprio professor. A avaliação pode muito contribuir com o trabalho desse profissional, dependendo de sua intencionalidade, este não deve ficar preso apenas às meras justificativas do fracasso escolar, mas também deverá superar essa realidade na medida do possível, consciente de que alguns fatores não só dependem dele.

O professor, muitas vezes, com sua postura autoritária, a pesar que em alguns casos o professor se referencia nas atitudes de seus professores anteriores, é preciso superar a postura essa postura de autoritarismo. Há um novo olhar perante a avaliação, a avaliação como o centro do processo ensino- aprendizagem, que irá dar significados ao currículo, como também irá situar o planejamento e o professor é fundamental na escolha dos instrumentos que irá melhor atender a seus alunos; não avaliarei apenas para dar nota; mas para acompanhar o processo de aprendizagem, para a partir dos resultados tomar as atitudes cabíveis; como por exemplo, diversificar suas aulas, levar em conta que existem erros que podem conduzir ao acerto; permitir que o próprio aluno se sinta responsável pela sua aprendizagem e parta a superação das dificuldades e limitações

Para que realmente exista uma desconstrução da educação reguladora e classificatória a avaliação formativa, para Perrenoud (1999), torna-se um instrumento prioritário por esta estar baseada de forma democrática no diálogo entre o professor e aluno, na este é avaliado ao longo do processo.

Já Luís (2006) afirma que a avaliação para ser contínua e processual a avaliação deve contemplar as dimensões da avaliação diagnóstica, que é o levantamento das hipóteses dos alunos da antes intervenção do professor, formativa, que acompanhará o desenvolvimento dos alunos durante o processo e a somativa, onde é expresso os resultados do trabalho. Neste sentido a avaliação perde o caráter certificativo,

A autora cita o valor do “agir observando” defendido por Hadji (2001) que é um agir capaz de interpretar os dados que através de atividades, comportamentos e dificuldades os alunos demonstram os seus processos de aprendizagem, e criando um espaço para analisar o

não desempenho, certa dificuldade, a falta de atenção, as facilidades, a partir do que o professor na ação reflete sobre ela. Esse processo de ação/observação não é só o fato de corrigir, ou simplesmente buscar resultado imediato e de buscar uma resposta certa, Luís (2003, p.40) assegura que esse processo implica em ir mais longe, ou seja, de,

[...] reconhecer que os descaminhos podem significar outras aprendizagens interessantes, que os erros precisam ser melhor interpretados e que o acerto imediato não é necessariamente fruto de uma aprendizagem realmente significativa e que, em função disso, não se sustenta por muito tempo.

Apesar de defender uma avaliação contínua, que contempla as diferentes dimensões: diagnóstica, formativa e processual, afirma que é impossível não destacar o papel primordial da avaliação formativa nesse processo. Também cita as condições básicas ou princípios para que a avaliação seja formativa, que Hadji (Citado por Luís, idem) define como sendo 1) “é a intenção dominante do avaliador que torna a avaliação formativa”, ou seja, não são os instrumentos ou um padrão metodológico que dão o caráter de formatividade, porque pode um professor utilizar uma prova como instrumento, mas toda a sua prática ser baseada na avaliação formativa; 2) a capacidade de informar aos principais atores do processo: o professor que avaliará o seu trabalho e o aluno que terá conhecimento de sua situação e poderá interferir e encontrar a melhor possibilidade; 3) a função corretiva, que tanto o professor como os alunos devem ser capazes de corrigir suas principais ações.

O Professor que avalia

O professor é o principal instrumento da avaliação, pelo fato de este ter o poder de decidir o rumo das informações fornecidas pela prova e sua visão de mundo influenciará seu posicionamento frente à avaliação. E segundo LUÍS (2007) o fracasso escolar passa a existir quando as crianças de diversas culturas passam a ter acesso à escola, e entre outros fatores, a escola e seus profissionais não acompanham essa novidade e passam a agir indiferentemente com estas culturas não levando em consideração as mesmas nas análises dos resultados e dificuldades. Dentro da escola há uma nova clientela, passando a exigir novas posturas do professor e da escola, especialmente quanto à avaliação, pois não há mudança no currículo se não houver mudança na avaliação. Este trabalhador, atualmente, apesar das exigências de

novas posturas quanto à forma de avaliar para que esta seja processual e contínua, Esteve (1997/98, apud, LUÍS) elucida, vivi um mal-estar docente, que consiste em uma série de efeitos negativos, que afetam a personalidade do professor como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência, devido à mudança social acelerada. Dentre os vários fatores que levam a este mal-estar destacam-se alguns:

- Aumento da exigência sobre o professor: antes o professor era uma grande autoridade que podia até bater nos alunos, não que esta postura seja aceitável. Hoje o professor perde essa grande autoridade e passa a possuir um a mínima até mesmo na hora de avaliar, a responsabilidade de avaliar sai de suas mãos e vai para o Estado com se o professor não soubesse avaliar, esta realidade leva muitos professores a deixar de avaliar como se o avaliar só remetesse apenas a aprovação/reprovação e não uma preocupação diagnóstica e formativa e sim somente somativa. Quando essas avaliações de longa escala acontecem é de forma autoritária, apresentando uma contradição porque exigisse do professor que não aja dessa maneira.
- Sua desvalorização social e baixos salários: esta desvalorização anda junta a redução do tempo de formação do professor não exigindo desse profissional ser intelectual e científico como afirma Luís (2007, p.20):

Esses aspectos podem ser percebidos também na história da formação do magistério na Brasil, marcado por ambigüidades, pela perda de privilégios, pela fragmentação e por inúmeras dicotomias, especialmente as discussões teórico/prática e pesquisa /ensino, incorrendo na falta na falta de identidade do trabalho do professor.

- Exigência de novas formulações diante do currículo e da avaliação: embora a condição de formação muitas vezes não der condições, é exigida do professor que este avalie contínua e qualitativa, como também outra falha existente é que isto é imposto não é consensual. Para ser processual a avaliação deve contemplar as dimensões da avaliação diagnóstica, formativa e a somativa. Neste sentido a avaliação perde o caráter certificativo, para ser uma prática investigativa, que valoriza a dúvida, o questionamento que pensa que o conhecimento e a aprendizagem são provisórios, não são fixos por se tratar de um processo. Há uma necessidade de se levar em consideração a cultura popular para entender quais visões de mundo o aluno possui e contribuir para uma aprendizagem significativa. O aluno precisa perceber traços de sua cultura na escola, para se encontrar na mesma, como também precisa aprender os conteúdos tidos com universais.

Luckesi (1995, apud Luís, 2007, p.25) faz a distinção entre juízo de existência (aspectos substantivos), os sensorialmente pode se identificar os objetos e juízo de qualidade (aspectos adjetivos), que se refere à qualidade ou significado do objeto e este juízo é o que mais interessa ao professor avaliador, que deve levar em consideração os critérios definidos pelo coletivo para procurar responder e informar os detalhes do processo ensino-aprendizagem para contemplar as três condições básicas da avaliação formativa, que são: a intencionalidade do professor, pois este que irá ser central frente à questão do erro/acerto, progresso/regresso, e se vai apenas verificar para simplesmente dar uma nota ou para uma tomada de decisão. A segunda diz respeito à capacidade dialógica entre os principais envolvidos, com também entre o professor consigo mesmo, com o aluno e com a família. O terceiro é função corretiva que diz respeito à interpretação-intervenção, porque com foi abordado em na aula, diagnosticar e não interferir no processo seria com um médico diagnosticar e não medicar para a cura.

Para sintetizar a centralidade do professor avaliador, Hadji (2001, apud Luís, 2007, p.24) foi feliz em afirmar que o professor deve ser um funâmbulo, porque deve mover-se em espaço aberto e sempre em movimento, ou seja, o professor de intervir durante o processo para o sucesso escolar e como o tecelão para criar os laços necessários entre o aluno com a aprendizagem e com o próprio professor.

Considerações finais

Diante do exposto, pode ser percebida a necessidade de um novo olhar perante a avaliação, pois esta como o centro do processo ensino-aprendizagem, que irá dar significados ao currículo, como também irá situar o planejamento e o professor será fundamental na escolha dos instrumentos que irá melhor atender a seus alunos. A avaliação se faz necessária à tomada de decisão, porque avaliar somente para classificar é uma prática contra a democratização do ensino. Luckesi (idem) relaciona essa atitude a um médico que aos diagnosticar a enfermidade não procura controlar a doença.

Enfim, percebe-se que para praticar a avaliação não é necessário extinguir os instrumentos ou os procedimentos, mas precisamos aplicá-los em uma perspectiva de avaliação e não de exame. Para isso temos que ter a consciência de que avaliar não é sinônimo de medição, de atribuir nota, mas sim uma prática central do trabalho pedagógico, onde tem que ser um processo contínuo. Isso depende da nossa postura na construção dos instrumentos

e procedimentos e no seu uso. O mesmo instrumento pode ser utilizado como exame ou na perspectiva de avaliação, depende da nossa escolha. Então, deve-se questionar a natureza e o sentido da atividade de avaliação, para que, efetivamente, se tenha um processo avaliativo de grande significância, tanto para os estudantes, docentes e a comunidade escolar em geral.

REFERÊNCIAS

DIAS, José Sobrinho. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 7. ed. São Paulo, Cortez, 1998.

LUIS, Suzana M. B. **Escrevendo a Avaliação:** a escrita de diários como exercício avaliativo. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

PERRENOUD, P. **Avaliação:** da excelência a regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

SILVA, Janssen F; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, M. Teresa (Orgs.). **Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em diferentes áreas do currículo:** De que avaliação precisamos em arte e educação física?.. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.